



Número: **0001237-71.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 13ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **09/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 15.000,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GILMAR FERREIRA DA SILVA (AUTOR)		virami silva cavalcanti junior (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
39837558	09/01/2019 17:00	Petição Inicial	Petição Inicial
39837649	09/01/2019 17:00	Aviso de destino Sr.Gilmar	Documento de Comprovação
39837662	09/01/2019 17:00	Aviso de sinistro 11 de Dezembro Sr.Gilmar	Documento de Comprovação
39837681	09/01/2019 17:00	Boletim de ocorrência Sr.Gilmar(1)	Documento de Comprovação
39837694	09/01/2019 17:00	contrato sr.Gilmar Ferreira	Documento de Comprovação
39837727	09/01/2019 17:00	Documento Sr.Gilmar Ferreira documento	Documento de Identificação
39837758	09/01/2019 17:00	Documento Sr.Gilmar Ferreira	Documento de Identificação
39837770	09/01/2019 17:00	Emergência psiquiátrica Sr.Gilmar	Documento de Comprovação
39837779	09/01/2019 17:00	Identidade sr.Gilmar Ferreira	Documento de Identificação
39837794	09/01/2019 17:00	Interrupção de prazo Sr.Gilmar	Documento de Comprovação
39837803	09/01/2019 17:00	laudo médico para perícia Sr.Gilmar	Documento de Comprovação
39837809	09/01/2019 17:00	Laudo médico Sr.Gilmar Ferreira	Documento de Comprovação
39837818	09/01/2019 17:00	Laudo Sr.Gilmar	Documento de Comprovação
39837831	09/01/2019 17:00	Ortopedista Sr.Gilmar	Documento de Comprovação
39837843	09/01/2019 17:00	Pagamento de indenização Sr.Gilmar	Documento de Comprovação
39837849	09/01/2019 17:00	Parecer de perícia Sr.Gilmar	Documento de Comprovação
39837861	09/01/2019 17:00	Parecer Sr.Gilmar	Documento de Comprovação
39837865	09/01/2019 17:00	Prestador Sr.Gilmar	Documento de Comprovação
39837873	09/01/2019 17:00	procuração sr.Gilmar Ferreira	Procuração

39837 883	09/01/2019 17:00	Receituário médico HR Sr.Gilmar Ferreira	Documento de Comprovação
39837 886	09/01/2019 17:00	Receituário médico Sr.Gilmar Ferreira	Documento de Comprovação
39837 891	09/01/2019 17:00	Receituário Sr.Gilmar Ferreira	Documento de Comprovação
39837 897	09/01/2019 17:00	Sr.Gilamar	Documento de Comprovação
39837 909	09/01/2019 17:00	Sr.Gilmar Ferreira hospital	Documento de Comprovação
39837 921	09/01/2019 17:00	Sr.Gilmar Ferreira pé	Documento de Comprovação
39837 938	09/01/2019 17:00	Sr.Gilmar Ferreira	Documento de Comprovação
39837 955	09/01/2019 17:00	SUS Sr.Gilmar Ferreira	Documento de Comprovação
39883 372	10/01/2019 14:45	Despacho	Despacho
39892 733	10/01/2019 16:27	Intimação	Intimação

MM. JUIZO DA __ VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE.

GILMAR FERREIRA DA SILVA, brasileiro, portador da cédula de identidade nº **4.579.469** SDS-PE, inscrito no CPF sob o nº **049.216.104-60**, **residente e domiciliado na Rua do Amor nº 749, Olinda-PE, CEP: 53250055**, por meio de seus advogados devidamente constituídos e que abaixo subscrevem, conforme procuração em anexo, com escritório profissional sito à Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 69, centro Goiana-PE, local onde deverá receber toda e qualquer notificação, sob pena de nulidade do ato praticado, respeitosamente ante V.Exa., propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, sediada à Rua Senador Dantas, nº. 74, 15º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20031-205, pelos seguintes motivos de FATO e de DIREITO.

I – DA JUSTIÇA GRATUITA

O benefício de gratuidade de justiça é garantia constitucional que faz jus ao Estado democrático de direito, que preza por princípios de acessibilidade e diretrizes de garantia e preservação da dignidade da pessoa humana, portanto, é imprescindível sua concessão ao requerente.

II – DO INTERESSE EM CONCILIAR

Fica declarado por meio dessa Inicial o total desinteresse em participar de audiência de conciliação/mediação, nos termos do artigo 334, §4º, II[1], CPC/2015.

III – DOS FATOS

O Autor foi vítima de um acidente automobilístico ocorrido na data de 21/11/2017, não tendo obtido qualquer assistência do autor do ato ilícito, que fugiu sem prestar socorro, conforme consta na lavratura do boletim de ocorrência.

A parte autora, que hoje encontra-se em estado físico e emocional debilitado por conta não só dos diversos procedimentos cirúrgicos em seu crânio, costela, tornozelo e punho direito e teve que se submeter durante 30 dias de internação no HOSPITAL DA RESTAURAÇÃO, mas também pelo fato de precisar recorrer as vias judiciais para ter o seu direito reconhecido, dada a negativa indevida quanto aos seus créditos indenizatórios, o qual acreditava estar amparado em caso de eventualidades, em vista da natureza da relação jurídica contratual de segurado.

Contudo, sofre em busca de seus direitos os quais são primordiais para a continuidade e manutenção de sua vida e de sua família.

IV – DO MÉRITO

a) Do direito do Autor

O pagamento será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, conforme art.5º da lei **6.194/74, §1, a**, comprovado por meio do Registro da ocorrência no Órgão policial competente.



Portanto, por estar diante de uma presunção relativa de veracidade, **incumbe ao Réu** arguir os fatos impeditivos, modificativo ou extintivos dos direitos do autor, à luz do art. 373, II[2], CPC/2015.

Em virtude de pronunciamentos administrativos da parte ré acerca dos fatos da parte autora, **presume-se que aquela não impugna a existência do ocorrido**, razão pela qual já torna-se **suficiente**, de acordo com a própria legislação, a comprovação apresentada do nexo de causalidade dos fatos, em detrimento do que fora lavrado pelo próprio boletim de ocorrência.

Não obstante a isso, o TJMG já mantém posicionamento de que o rol de provas acerca do dano, não depende exclusivamente de laudo pericial médico ou boletim de ocorrência, como mostra a seguir:

EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - **DPVAT** - PRELIMINAR DE DESERÇÃO - REJEITADA - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - AFASTADA - LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - DISPENSÁVEL - POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - SINISTRO E INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE – COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO - ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO - AFASTADA - PARÂMETRO PARA A FIXAÇÃO DO *QUANTUM* INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE - GRAU DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE DE TRÂNSITO - DESNECESSIDADE - RESOLUÇÕES DO CNSP - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS - RECURSO DESPROVIDO.

Em consonância ao exposto acima, é indubitável a ocorrência do acidente nos termos descritos e que há presença do nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o resultado deste, caracterizando a responsabilidade civil da seguradora, na obrigação de indenizar.

b) Do interesse de agir

Vale ressaltar que, apesar da lei que rege o seguro obrigatório **não prescrever a necessidade de percorrer a via administrativa** e a jurisprudência manter-se no mesmo posicionamento ideológico, a parte autora, visando resolver seu problema da maneira mais saudável possível, tentou percorrer o procedimento ordinário administrativo, no qual não obteve êxito, conforme consta no site da ré, em consulta ao respectivo sinistro: 3170645056

Rio de Janeiro, 24 de Janeiro de 2018

Aos Cuidados de: GILMAR FERREIRA DA SILVA

Nº Sinistro: 3170645056

Vitima: GILMAR FERREIRA DA SILVA

Data do Acidente: 27/11/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - IRREGULARIDADE



Senhor(a),

Após a análise no sinistro cadastrado sob o número 3170645056, verificamos a existência de irregularidades, por essa razão o seu pedido de indenização foi negado.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800 022 12 04. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT.

Contudo, como pode-se observar, a Ré não atendeu ao pedido do Autor, alegando haver irregularidades inexistentes, como se comprova com a documentação acostada.

O site da seguradora Ré define invalidez da seguinte maneira:

Considera-se invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável ao fim do tratamento médico (alta definitiva). A invalidez é considerada permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte, o que se comprova ser o caso do Autor quando da análise dos documentos acostados à Exordial.

Tendo em vista que o Autor não recebeu pelas vias administrativas o que lhe é garantido legalmente pelo art. 3º, II[3], da Lei 6.194/74, é tempestiva a alternativa em socorrer-se ao Poder Judiciário para exigir da Ré a devida indenização pelas sequelas ocasionadas pelo acidente automobilístico sofrido.

c) Da declaração de autenticidade dos documentos

Nos termos do art. 411, II[4], CPC/2015, o patrono da parte autora declara a autenticidade dos documentos os quais serão apresentados no capítulo subsequente.

V – DO PEDIDO

Com base no supracitado, e à luz do art. 3º da lei 6.194/74, ao disciplinar que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e assistência médica e suplementar.

Dessa maneira, requer a V. Exa. que:

- a) Seja concedido o benefício da justiça gratuita, nos termos da Lei 1.060/50;
- b)

”

Cite a referida Ré, na pessoa de seu representante legal para que responda a essa Exordial, sob pena de confissão quanto aos fatos aqui arguidos. DISPENSA A DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, nos termos do art. 334, §º, I e §5º, CPC/2015;



- c) A intimação exclusiva na pessoa de seu patrono constituído nesta inicial, nos termos do art. 272 do CPC/2015.
- d) Condene a ré ao pagamento de indenização na importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), na forma da Lei 11.482/07 e Lei nº. 6.194/74.
- e) A condenação da Ré ao pagamento de juros, correção monetária no que couber, a partir da data do incidente, a fim de preservar seu poder monetário, evitando-se o prejuízo da parte Autora.
- f) Que V.Exa., caso julgue necessário, designe e nomeie o perito médico deste douto juízo para avaliar as lesões sofridas pelo Autor;
- g) Fixe os honorários sucumbenciais em 30% do valor da causa.
- h) O deferimento de todos os meios de prova admitidos, inclusive prova testemunhal, pericial, documental e depoimento pessoal.

Dá-se à causa o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Termos em que,

Pede deferimento.

Recife, 09 de janeiro de 2019.

VIRAMI SILVA CAVALCANTI JUNIOR

OAB-PE 31.979

JOEL SARRUÁ RODRIGUES

OAB/PE 12.697

[1] **Art. 334.** Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.



§ 4º. A audiência não será realizada:

I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual;

[2][2]Art. 373. O ônus da prova incumbe:

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

[3]Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

[4][4]Art. 411. Considera-se autêntico o documento quando:

II - a autoria estiver identificada por qualquer outro meio legal de certificação, inclusive eletrônico, nos termos da lei;

